

Bolsonaro propõe Auxílio Brasil de R\$ 405 em 2023, apesar de prometer R\$ 600

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou nesta quarta-feira (31) sua proposta de Orçamento para 2023 com um benefício médio de R\$ 405 para o Auxílio Brasil, abaixo do piso de R\$ 600 a ser pago às famílias entre agosto e dezembro deste ano. Em meio à campanha eleitoral, a mensagem presidencial encaminhada junto com o projeto contém a promessa de Bolsonaro de buscar a retomada dos R\$ 600, mas sem detalhar como isso será feito. A inclusão dessa sinalização, tida por técnicos como inusual, foi a solução encontrada pela ala política do governo para tentar se antecipar às críticas de adversários, no momento em que o chefe do Executivo segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. Em primeiro lugar nos levantamentos eleitorais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem explorado a ausência dos R\$ 600 nas peças orçamentárias como um fator para desgastar Bolsonaro. A campanha petista também promete manter o benefício mínimo de R\$ 600. Além disso, a equipe de Lula anunciou nesta semana a intenção de pagar um adicional de R\$ 150 a crianças de zero a seis anos, como mostrou a Folha de S.Paulo. Do ponto de vista técnico, o governo precisa encaminhar o Orçamento seguindo as regras vigentes —como o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à variação da inflação. Como não há espaço para acomodar o custo adicional de R\$ 52,5 bilhões decorrente da parcela extra de R\$ 200 em 2023, a proposta ficou de fora do texto. Foram reservados R\$ 105,7 bilhões para o programa Auxílio Brasil, o suficiente para bancar o piso de R\$ 400 a 21,6 milhões de famílias. Segundo o Ministério da Economia, o benefício médio ficará em R\$ 405,21. O governo poderia incluir a despesa condicionada à aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para alterar o limite de gastos, mas ainda não há uma proposta fechada nesse sentido. Além disso, protocolar uma PEC em meio à campanha eleitoral poderia deixar o presidente exposto a mais críticas. Na mensagem, o presidente se limita a dizer que "o Poder Executivo enviará esforços em busca de soluções jurídicas e de medidas orçamentárias que permitam a manutenção do referido valor no exercício de 2023, mediante o diálogo junto ao Congresso Nacional para o atendimento dessa prioridade". Nesta terça-feira (30), Bolsonaro chegou a dizer que usaria o dinheiro da venda de estatais para bancar a ampliação permanente do programa. A arrecadação desses recursos, porém, não resolve o obstáculo do teto de gastos. Para os beneficiários do programa social, a fotografia da proposta de Orçamento indica que 2023 será o quarto ano seguido de incertezas sobre o valor disponível para a compra de alimentos e o pagamento de contas. Desde 2020, com o início da pandemia de Covid-19, as famílias brasileiras de baixa renda vivem em uma "montanha-russa da pobreza", como classificaram os pesquisadores Marcelo Neri e Marcos Hecksher em trabalho publicado pela FGV Social. O programa Auxílio Gás também terá uma queda no valor do benefício, de acordo com o que foi proposto no envio do Orçamento. Hoje, 5,7 milhões de famílias recebem R\$ 110 a cada dois meses, graças a um aumento temporário aprovado por meio da PEC das bondades. No projeto apresentado nesta quarta, as despesas reservadas para o Auxílio Gás somam R\$ 2,2 bilhões, o suficiente para pagar um benefício médio de R\$ 65,70 a cada bimestre para 5,7 milhões de famílias. Outras promessas de Bolsonaro também ficaram de fora do Orçamento, como a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). O presidente já havia incluído esse compromisso em seu programa de governo na campanha eleitoral em 2018, mas ficou só no papel. Agora, ela foi renovada pelo presidente, que sinalizou a isenção de ganhos até cinco salários mínimos "durante a gestão 2023-2026". A Receita Federal já preparou um leque de cenários com mais de cem combinações de mudanças. As faixas salariais usadas para aplicar o desconto do Imposto de Renda estão congeladas desde 2015 —o que, na prática, significa maior carga tributária para as famílias. Qualquer mudança, porém, significará perda de receitas para a União. O ministro Paulo Guedes (Economia) tem defendido a retomada do projeto de reforma do IR, que amplia a faixa de isenção para

R\$ 2,5 mil de forma imediata, altera a tributação sobre empresas e retoma a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, hoje isentos. "Ao longo dos últimos anos, os debates acerca da necessidade de avanços e ajustes no sistema tributário nacional amadureceram, de modo que se buscará construir consenso com o Parlamento e a sociedade para efetivação da reforma e a respectiva correção da tabela do imposto de renda", diz a mensagem presidencial. Por outro lado, a proposta apresentada pelo governo inclui a manutenção da desoneração de tributos federais sobre combustíveis, como mostrou a Folha de S.Paulo. A medida, adotada por Bolsonaro em meio à forte alta no preço de gasolina e diesel, significa abrir mão de R\$ 52,9 bilhões em receitas em 2023. A inclusão da desoneração no Orçamento também joga no colo de Lula qualquer eventual decisão de subir novamente os tributos, caso o petista vença as eleições e queira recompor as receitas federais. Também foram mantidas outras desonerações de tributos, de caráter geral ou setorial, com impacto de R\$ 27,2 bilhões. Ao todo, as desonerações somam R\$ 80,2 bilhões. Neste cenário, a previsão oficial do governo é que haja um déficit de R\$ 63,7 bilhões em 2023. Apesar disso, integrantes da equipe econômica são otimistas quanto à possibilidade de manter o bom desempenho da arrecadação no ano que vem, reduzindo o rombo nas contas. "Estamos sendo prudentes na aferição das receitas", disse o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago. No plano das despesas, o governo definiu a inclusão, na proposta de Orçamento, de uma reserva de R\$ 14,2 bilhões para a concessão de reajustes ao funcionalismo federal, sendo R\$ 11,6 bilhões para os servidores do Poder Executivo. Essa verba fica dentro do teto de gastos. Ainda não há decisão sobre o formato do reajuste, mas fontes do governo afirmam que os aumentos podem ser seletivos, isto é, para algumas carreiras. Como mostrou a Folha de S.Paulo, o governo estuda usar a inflação prevista para 2023 como referência para os reajustes, dado que ela será menor do que a deste ano. Cerca de um milhão de servidores estão com salários congelados desde 2017. Outras categorias, com remunerações mais elevadas, tiveram o último reajuste em 2019. Neste ano, Bolsonaro tentou contemplar apenas os policiais, mas o movimento deflagrou reações das demais carreiras e o presidente desistiu da benesse. **PRINCIPAIS PONTOS DO ORÇAMENTO** Auxílio Brasil Foi previsto com pagamento mínimo de R\$ 400, apesar de promessa de Bolsonaro por R\$ 600. Na mensagem que acompanha a proposta, governo diz que se esforçará no Congresso para acrescentar os R\$ 200 Imposto de Renda Proposta não contempla reajuste da tabela do Imposto de Renda nem a ampliação da faixa de isenção, apesar das promessas de Bolsonaro feitas em 2018 e também neste ano Subsídio para combustíveis Texto prevê a continuidade do corte de tributos sobre combustíveis, implementado em 2022 para conter os preços nos postos

